

Novas formas de economia cooperativa como contribuição para o desenvolvimento sustentável

Reflexões sobre a reinserção da economia na sociedade e na natureza

Reinhard Loske

Fevereiro 2015

(Tradução: Théo Amon)

Resumo

Partindo de uma crítica do conceito de "crescimento verde" e da tese de que as inovações técnicas não têm condições de, sozinhas, efetivar a transformação estrutural necessária para um desenvolvimento sustentável, investigam-se diferentes inovações socioecológicas quanto ao seu potencial de (re)colocar a troca material entre humanos e natureza sobre uma base resistente. No centro disso estão a economia do compartilhamento (sharing economy), a economia da vida útil longa (repair economy), a economia da subsidiaridade (regional economy), a economia do prossumidor (prosumer economy) e a economia da resiliência (resilient economy). As diferentes abordagens são apresentadas e discutidas. Como conclusão, recomenda-se retomar a pesquisa quase esquecida sobre a economia dual e continuar desenvolvendo-a de acordo com a atualidade.

Palavras-chave

crítica do "crescimento verde"; economia do compartilhamento; economia da vida útil longa; economia da subsidiaridade; economia do prossumidor; economia da resiliência; retomada e desenvolvimento da pesquisa sobre "economia dual".

Apresentação

A atividade econômica humana e a proteção do ambiente natural frequentemente são vistas como contrários dificilmente conciliáveis. A exploração das matérias-primas planetárias e a extração e queima de combustíveis fósseis, fundamentos do modelo de desenvolvimento e industrialização que predomina em todo o mundo, resultam em paisagens exauridas e destruídas, poluição do solo, ar e água, e um incremento na atmosfera de gases residuais que modificam o clima, levando a um aumento da temperatura que, conforme as previsões, terá consequências de grandíssimo alcance. O uso da terra cada vez mais intensivo, impulsionado pelo alto e contínuo crescimento da população e estilos de vida cada vez mais consumidores de recursos, resulta em uma perda de diversidade biológica, assim como na perda de preciosos espaços naturais e agrários e na propagação da erosão. Uma situação muito semelhante aplica-se aos mares, que acabam absorvendo grandes cargas de tóxicos, combustíveis e materiais sintéticos, sendo também ameaçados por excesso de acidez e de utilização, especialmente através de pesca excessiva e "mineração marítima".¹ Nos tempos recentes, os estudos científicos que descrevem e documentam empiricamente esses desenvolvimentos são legião².

A fórmula IPAT

Examinando mais de perto os fatores determinantes por trás dos desenvolvimentos equivocados por parte dos seres humanos, eles são essencialmente três:

- o número de pessoas no planeta;
- os estilos de vida (a intensidade de recursos e emissões dos mesmos); e
- a tecnologia (empregada por elas).

Essa dita "fórmula IPAT" (Impacto = População x Abastança x Tecnologia) serviu como orientação principal para os grandes estudos ambientais dos anos 1970, especialmente para o relatório do "Clube de Roma" sobre "Os limites do crescimento".³

Aderindo à lógica deveras esclarecedora dessa fórmula e também à metaperspectiva global, todos os três fatores determinantes apontam para uma direção ainda muito crítica. O número de pessoas continua subindo: se em 1960 ainda estava em três bilhões, em 1987 já eram cinco bilhões, e em 2011, sete bilhões. Até 2050, a população mundial crescerá até nove a dez bilhões de pessoas. Quanto

¹Cf. Gershwin 2013.

² Quem desejar obter uma visão geral sobre esses fatos deveras inequívocos pode fazê-lo nos sites do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (www.unep.org), do Stockholm Resilience Center (www.stockholmresilience.org), da Agência Europeia do Ambiente (www.eea.europa.eu/de) e do Comitê Científico de Mudanças Ambientais Globais do Governo Federal da Alemanha (www.wbgu.de) (todos acessados em 01/07/2014).

³ Meadows et al. 1972

ao nível de riqueza e consumo de recursos per capita, pode-se dizer que o modelo ocidental de desenvolvimento, muito intensivo em recursos, atualmente está se disseminando a uma velocidade vertiginosa, e já não é vivido ou almejado apenas pelos habitantes dos países industrializados, mas também pelas ambiciosas classes médias e altas dos países em transformação, emergentes e em desenvolvimento.

A classe global de consumidores

Essa chamada "classe global de consumidores" distingue-se não apenas por uma forte orientação ao consumo, mas também por só conseguir conceber uma maneira de resolver os problemas ecológicos (isto quando eles chegam a ser levados a sério): através do progresso tecnológico. Portanto, não admira que os debates sobre "crescimento verde", "mercado verde" ou "tecnologia verde" desfrutem de tanta popularidade. Eles jamais questionam a lógica ascendente de "sempre mais, sempre mais rápido, sempre adiante": pelo contrário, prometem "prazer sem arrependimento" e preferem propagar estratégias segundo as quais (alegadamente) ambos os lados só podem ganhar ("ganha-ganha"), funcionando (segundo eles) conforme o princípio "bom para todos e ruim para ninguém". Mas até onde vai essa concentração exclusiva em inovações tecnológicas?

Abandonemos por ora o metanível global, o mundo dos números grandes e aparentemente tão autoexplicativos. Isso porque essa perspectiva possui fraquezas consideráveis: ela não conhece processos de diferenciação, soterrando-os sob si. Ela favorece fantasias globais de manobra, que não enxergam mais as pessoas como sujeitos autônomos, mas como uma massa homogênea que deve ser guiada no sentido de sustentabilidade global – assim como os ecossistemas e suas dinâmicas. Da mesma forma, por meio de deprimentes colunas de números, favorece sentimentos de impotência, que não ativam, mas desativam; que não encorajam, mas desencorajam. Iniciemos com a diferenciação, portanto.

Proteção ambiental através da riqueza?

O fato de que a grande maioria dos parâmetros ambientais globais continua apontando para danos irreparáveis muitas vezes não corresponde nos países ricos à impressão ambiental subjetiva de grandes parcelas da população, podendo-se tomar a Alemanha como exemplo disso: aqui, a emissão de dióxido de carbono e o "consumo" de combustíveis fósseis, solos, minerais, minérios ou terras-raras continuam altos (e não seriam absolutamente praticáveis se ocorressem nessa mesma medida em nível mundial); não obstante, a qualidade ambiental daqui melhorou consideravelmente nas últimas quatro décadas, e, após a reunificação de 1989/90, em andamento acelerado também nos novos estados da federação. Mediante rigorosas leis ambientais de proteção do ar, da água e da saúde e as tecnologias de limpeza elaboradas de acordo, como filtros, catalisadores e purificadores, a emissão de substâncias tóxicas clássicas das indústrias, usinas,

transporte e residências pôde ser gradual e nitidamente reduzida: poeira, dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio no ar, assim como substâncias venenosas nas águas servidas – tudo isso diminuiu substancialmente. Metas politicamente populares e almeçadas, como o "céu azul sobre o (rio) Ruhr", "(poder) banhar-se no (rio) Reno" ou a "separação do lixo", fortemente observada na Alemanha, foram em boa parte atingidas, assim como a delimitação de áreas protegidas (sobretudo nos novos estados da federação na parte ex-comunista do país), cujas reservas de biosfera são um patrimônio natural único da nação. Tudo isso levou ao aprimoramento da sensação subjetiva acerca da qualidade ambiental na Alemanha, embora problemas como os fluxos crescentes de esterco líquido oriundo da pecuária intensiva, a sobrecarga resultante sobre a água subterrânea e os rios, as monoculturas agrícolas, com sua alta utilização de químicos, a poluição dos mares com lixo plástico, a urbanização da paisagem ou a poluição dos nossos aglomerados urbanos com poeira e ruído sejam percebidos muito agudamente como problemas. No entanto, uma afirmação como: "Ecologicamente, está tudo sempre piorando" provavelmente só seria confirmada por uma minoria.

Será que as pessoas estão padecendo de uma percepção errada? Não será correto dizer que estamos vivendo e trabalhando de maneira cada vez mais ecológica? Neste ponto, temos que fazer uma diferenciação importante: proteção ambiental e sustentabilidade não são a mesma coisa. Quanto à questão da qualidade ambiental, a percepção média está correta: sim, apesar de problemas persistentes e em parte novos, ela melhorou sensivelmente. Também, com a maior riqueza (e prioridades modificadas!), a nossa sociedade pôde "permitir-se" mais proteção ambiental técnica e uma proteção mais generosa da natureza em reservas. Essa perspectiva da riqueza como requisito de uma maior conscientização ambiental e uma maior competência de resolução (técnica e organizatória) de problemas ambientais – que serve-se até mesmo de uma teoria econômica própria⁴ – arraigou-se com bastante firmeza, razão por quê, em tempos de crises econômicas, não é raro surgir o "argumento" de que não podemos mais nos permitir proteger o meio ambiente: primeiro a economia precisa voltar a ir bem, depois se fala novamente em "meio ambiente". Essa filosofia da "proteção ambiental através da riqueza" está presente em todo o mundo.

Abordemos, portanto, a diferença entre proteção ambiental e sustentabilidade. Sustentabilidade significa satisfazer as necessidades dos que vivem hoje aqui de tal forma que

- as gerações futuras,
- as pessoas em outras partes do mundo e
- as criaturas não humanas

não sejam privadas de seus elementos vitais básicos, ou seja: sem sobrecarregar o meio ambiente com gases de escape, águas servidas e resíduos; sem explorar excessivamente os recursos, isto é, sem exceder seu potencial de regeneração; e deixar espaço para os animais e plantas (que não existem "para nós", humanos, mas possuem seus próprios direitos, como demonstrado por Meyer-Abich⁵).

⁴ Stern 2004, p. 1419-1439.

⁵ Meyer-Abich 1997.

Imperativos de redução: gases de efeito estufa, matérias-primas e áreas

Munindo-se desse critério, torna-se aparente que especialmente os países ricos industrializados estão longe de ter uma economia sustentável. Isso patenteia-se sobremaneira em três exemplos:

- (1) No tocante à emissão de dióxido de carbono e outros gases residuais, os países industrializados operam muito além do que é suportável climaticamente e possível de estender para o futuro.⁶ Ao passo que cada habitante da Terra poderia emitir uma média de cerca de duas toneladas de dióxido de carbono por ano a fim de mantermos a mudança climática dentro de limites toleráveis, na Alemanha são liberadas cerca de dez toneladas per capita; nos EUA e no Canadá, são cerca de 20 toneladas per capita. Em outras palavras: em relação à emissão de gases de efeito estufa, os países industrializados estão de cinco a dez vezes acima do que seria aceitável. Portanto, precisa-se de nada menos que uma redução de 80 a 90 por cento na emissão de dióxido de carbono dentro das próximas três a quatro décadas. Há uma particularidade: ao contrário dos poluentes atmosféricos clássicos (poeira, dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio), os gases residuais que provocam a mudança climática não podem ser contidos através de tecnologias de purificação posterior ("*end of the pipe technology*").⁷ Logo, faz-se necessária uma queima menor real de combustíveis fósseis, nas proporções citadas.
- (2) Quanto a carvão, petróleo, gás, minerais, minérios e terras raras, o consumo dos países industrializados (incluindo as consequências ecológicas e o chamado "consumo indireto", isto é, a transferência de riscos ecológicos, que recaem sobre outras partes do mundo ou são transferidos para lá) é muito alto e, portanto, reduz consideravelmente a disponibilidade de longo prazo dos recursos correspondentes.⁸ A despeito de se já se alcançou ou não o "pico do petróleo", o "pico do gás" ou o "pico de tudo", e a despeito de se esse máximo de extrativismo ainda poder ser consideravelmente postergado através de práticas de extração de alto risco ecológico, como o fraturamento hidráulico ("*fracking*")⁹, a verdade é: os preços da maioria dos combustíveis não renováveis subirão mais cedo ou mais tarde, com significativas consequências econômicas e sociais para os países dependentes de importação, mormente para os mais pobres e escassos em matéria-prima deles. Por isso, também em relação aos

⁶ Vide www.ipcc.ch/ (acesso em 01/07/2014).

⁷ Por motivos de custo e aceitação, a esperança de que o dióxido de carbono possa ser capturado e depois armazenado definitivamente através da tecnologia CCS ("*carbon capture and storage*") é vacilante. Quanto a isso, cf. <http://wupperinst.org/projekte/the-men-online/carbon-capture-and-storage/> (acesso em 01/07/2014).

⁸ Vide www.unep.org/resourcepanel/ (acesso em 01/07/2014).

⁹ Sobre isso, vide www.postcarbon.org/ (acesso em 01/07/2014).

recursos não renováveis, a regra do "fator 5" ou "fator 10"¹⁰ deveria ser aplicada aos países industrializados.

- (3) Em virtude dos seus estilos de vida intensivos em recursos, os países industrializados do Hemisfério Norte fazem uso considerável de áreas em outras partes do mundo, sobretudo nos países do Hemisfério Sul. Isso se aplica não apenas a minas, poços ou jazidas, mas também a áreas úteis agrícolas, que são utilizadas para o cultivo de alimentos, forragem e, cada vez mais, vegetais com potencial energético. Países industrializados como a Alemanha, distinguidos por grande população, alta densidade populacional e alto consumo de carne (e, com isso, de forragem), ocupam o dobro do seu próprio território com o cultivo de alimentos em outros lugares do mundo: assim, a "pegada ecológica" excede consideravelmente a própria "biocapacidade" territorial, devendo portanto ser reduzida significativamente para poder ser considerada sustentável em escala mundial.¹¹

Quanto mais rico, menos sustentável?

Provisoriamente, portanto, vale para o tema da sustentabilidade exatamente o contrário do que vale para a questão da proteção ambiental (primordialmente tecnológica). Como regra geral, pode-se postular que: quanto mais rico é um país, mais gases causadores de mudança climática ele emite, mais recursos renováveis e não renováveis ele consome, e mais área (dentro e fora do país) per capita é ocupada por seus habitantes. Para muitas pessoas do "mundo desenvolvido", é difícil aceitar esse paradoxo. Porém, os números e os desenvolvimentos que estão por trás deles não permitem outra constatação que não esta: por meio do progresso tecnológico impellido por engenhosos engenheiros, mudança na conscientização ambiental (movimento ecológico), marco político modificado (política ambiental) e pela força de inovação de empresas pioneiras ("*first movers*"), nós ficamos "mais limpos", mas ainda estamos longe de sermos sustentáveis.

"Tecnologia é a resposta!": uma pequena lista de esperanças frustradas

Enquanto que o debate ecológico que emergiu mundialmente nos anos 1970 caracterizou-se inicialmente por análises e críticas fundamentais – da crítica à industrialização até ao consumo e crescimento –, propondo e exigindo medidas radicais de mudança, nas décadas seguintes o "debate ambiental" transformou-se, em sua vertente principal, em um debate sobre tecnologia. O motivo para tal parece ser a fórmula IPAT citada acima: uma vez que a reflexão crítica sobre o consumo, debruçando-se sobre o alto nível de desperdício dos nossos estilos de vida, foi posta de lado e o debate sobre o crescimento populacional tornou-se tabu, por ser

¹⁰ Vide www.factor10-institute.org/ (acesso em 01/07/2014).

¹¹ Vide www.footprintnetwork.org/de/ (acesso em 01/07/2014).

politicamente "delicado" (pois é desnecessariamente provocativo para os países emergentes e em desenvolvimento), o caminho do progresso técnico ("tecnologia"), tão familiar à nossa civilização, acabou prevalecendo como a única e exclusiva "estratégia de resolução". Até hoje, os incontáveis malogros e decepções não conseguiram mudar quase nada dessa ideologia de "tecnologia é a resposta". A pequena lista de exemplos a seguir talvez ilustre o que queremos dizer.

- *Esperança nº 1:* A mudança para a *sociedade de serviços* como impulsionador de uma alteração ecológica estrutural rumo a mais sustentabilidade era uma ideia favorita de muitos economistas e cientistas políticos nos anos 1980 e 1990. Eis a tese: na medida em que o setor primário (agropecuária, extrativismo) e o setor secundário (indústria) da economia nacional caírem em importância relativa e a proporção do setor terciário (serviços) no produto interno bruto subir, seremos mais "limpos" e a criação de valor irá "desmaterializar-se" pouco a pouco.¹² Esta esperança não se realizou. Se ela se verificasse, os Estados Unidos da América, com quase 80% de participação dos serviços na atividade econômica nacional, seriam o país mais sustentável do mundo, o que absolutamente não é o caso, como todos sabem.¹³ As razões são óbvias, sendo simplesmente mal-avaliadas pelos representantes da equação "terciarização da economia é igual a ecologização da sociedade". Essencialmente, pode-se mencionar dois motivos por que uma maior proporção de serviços no produto interno bruto de maneira nenhuma leva automaticamente a maior sustentabilidade. Em primeiro lugar, muitos serviços são em si muito intensivos em recursos, por exemplo: transporte, comunicação e turismo. Além das transferências para outros países com mão-de-obra mais barata, a terciarização origina-se de maior aplicação de capital, de forma que trabalhos que antes pertenciam à indústria ou desapareceram totalmente, ou são reformulados como trabalho de escritório, sendo que a produção industrial em si não diminui, mas torna-se mais produtiva. Em segundo lugar, os setores da indústria e de prestação de serviços são intimamente entrelaçados, praticamente condicionando um ao outro, podendo-se tomar como exemplo o comércio, a logística e o setor financeiro. É possível que aqui e ali haja efeitos ecológicos "incidentais" em função da mudança estrutural da economia em direção à sociedade de serviços: no entanto, dizer que eles conseguiram deslocar a economia inteira na direção da sustentabilidade praticamente por si só é pura especulação, não encontrando nenhum amparo nos números.
- *Esperança nº 2:* A mudança para a *sociedade da informação* como impulsionador de uma mudança estrutural ecológica em direção a mais sustentabilidade. Essa esperança é propagada sistematicamente desde os anos 1990 pelos mentores e protagonistas da "digitalização verde" ("*green IT*"). Segundo eles, assim como a tecnologia da informação e da comunicação, em geral, e a Internet, em

¹² Para uma representação e discussão crítica inicial dessa tese, vide IÖW 1987.

¹³ Dados precisos sobre a proporção dos serviços nas diferentes economias nacionais podem ser encontrados em: www.welt-in-zahlen.de/laendervergleich.phtml?indicator=68 (acesso em 01/07/2014).

específico, são um meio de liberdade, participação, conexão não hierárquica e transparência, elas também oferecem opções infinitas para atingir as metas do desenvolvimento sustentável.¹⁴ Conforme essa tese, a visão do "escritório sem papel" entraria no campo do possível, assim como a visão da "substituição dos tráfegos físicos pelos eletrônicos", do trabalho em casa ("*home office*") e da "*smart efficiency*", isto é, do comando inteligente da climatização, dos aparelhos eletrônicos, dos processos produtivos agrários e industriais, e de qualquer objeto possível ("a Internet das coisas"). Com a impressora 3D, até mesmo a produção de manufaturas acabaria na estrutura descentralizada – por assim dizer, na "*home factory*". Nesse ínterim, a euforia acrítica quanto à Internet furtou-se a uma avaliação mais realista. Assim como a Internet claramente é um meio não apenas de liberdade de informação e de participação, mas também de controle e de influência dirigida, torna-se cada vez mais nítido que é não somente um meio potencial para a obtenção de metas sustentáveis, mas também possui elevado potencial não sustentável: do altíssimo consumo de recursos dos aparelhos permanentemente renovados até o altíssimo consumo de eletricidade da rede, que, entre outros, é impulsionado pelo estímulo e pela pressão social da acessibilidade total. Tudo isso possui consequências materiais "lá fora", no mundo real, físico. Por conseguinte, aqui também verifica-se o seguinte: apesar de ser indubitável que a Internet pode dar contribuições ecológicas eventuais, é ilusório aceitar o automatismo segundo o qual se percorrermos o caminho da sociedade da informação com energia e coerência suficientes, a sustentabilidade se instalará quase que sozinha. Também isso revela ser um desejo que não se sustenta empiricamente!

- *Esperança nº 3*: A desvinculação de crescimento econômico e consumo de recursos pode ser atingida através do "*crescimento verde*" – é o que diz uma tese apreciada em toda parte e que ultimamente ganhou ares de uma nova ideia norteadora político-industrial na Alemanha. Precisaríamos apenas crescer de forma mais inteligente e mais verde: com isso, o crescimento econômico quase automaticamente não causaria mais problemas, mas os resolveria.¹⁵ É verdade, que nas últimas décadas verificou-se um relativo desacoplamento entre desenvolvimento do produto social e consumo de energia. Por exemplo: desde os anos 1980, na Alemanha (Ocidental), o consumo primário de energia permaneceu constante, ao passo que a produção industrial cresceu fortemente. Isso foi alcançado, sobretudo, mediante uma contínua melhoria da eficiência energética dos processos de produção – como na indústria de químicos, máquinas, instalações fabris, automóveis e usinas – e produtos mais econômicos. Essa orientação voltada à eficiência, que pertence à essência do sistema econômico capitalista – o que gera custos é racionalizado ou utilizado com mais eficácia – pode ser ainda mais intensificada em relação à energia e

¹⁴ Para uma representação acrítica do admirável mundo novo da "TI verde", acesse www.green-it-wegweiser.de/ (acesso em 01/07/2014). Para uma visão diferenciada, acesse www.oeko.de/files/aktuelles/application/pdf/fakten_green_it.pdf (acesso em 01/07/2014).

¹⁵ Vide Paqué 2010, assim como (porém de outra maneira) Fücks 2013.

recursos, por exemplo, através de sinais de preço mais fortes (por meio de redução de subsídios, impostos ecológicos, comércio de emissões e outros instrumentos econômicos); a questão, porém, é se essas inovações técnicas induzidas de tal forma serão suficientes para possibilitar uma desvinculação absoluta (e não somente relativa) entre produto social e consumo de energia – e na dimensão citada de 80% a 90% de redução nas próximas três a quatro décadas. O principal argumento a obstaculizar o teor de realidade dessa esperança é o chamado "efeito rebote" (*rebound effect*, em inglês), que descreve a canibalização dos ganhos em eficiência por parte dos efeitos do crescimento. Até o momento, a relação é simples: sim, temos carros mais econômicos, mas temos cada vez mais carros; dispositivos eletrônicos mais eficientes, mas cada vez mais aparelhos elétricos; menos necessidade energética para climatização por metro quadrado residencial, mas cada vez mais área residencial per capita; cada vez mais energia renovável, e ainda assim emissões continuamente altas de dióxido de carbono. Em outras palavras: o que se ganha no lado da eficiência e tecnologia perde-se (de certa forma, canibaliza-se) no lado do crescimento e abundância. O progresso técnico e a mentalidade da eficiência precisariam ser consideravelmente radicalizados a fim de se atingir a redução necessária de consumo energético, da ordem de 5 a 10 vezes com crescimento permanente. Contudo, uma radicalização tal da mentalidade da eficiência é um desenvolvimento possível e desejável, afinal? Isso é passível de sérias dúvidas, do ponto de vista tanto físico quanto sociopolítico.

Talvez possamos caracterizar as esperanças tecnológicas frustradas ou em vias de se frustrar da seguinte forma, no tocante ao seu potencial de desenvolvimento sustentável: mesmo sendo indubitável que determinados serviços, determinadas formas de digitalização ou determinadas estratégias de eficiência podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, portanto devendo ser perseguidos, ainda assim é enganosa a esperança de que a atuação centrada em tecnologia poderia por si só implementar com sucesso a estratégia de fator 10 (ou mesmo de apenas 5) com orientação de crescimento contínuo.¹⁶

Práticas de economia cooperativa como inovação social de sustentabilidade

Mas o que isso significa? Significa que seria preciso uma verdadeira guinada política para se atingir as metas extremamente exigentes de proteção ao clima, aos recursos e às áreas. Isso não envolveria apenas as metas de política ambiental em sentido mais estrito (metas de redução das emissões de gases efeito estufa, da utilização de matérias-primas e áreas, por um lado; metas de crescimento em eficiência de energia e matérias-primas, assim como energia renováveis, por outro lado) e os instrumentos correspondentes (acordos de direito internacional, leis, impostos ambientais, padrões): seria necessário repensar o controle da economia pelo capital em prol de mais governança política e metas políticas que reduzissem a

¹⁶ Sobre isso, também: Jackson 2011; Miegel 2010; Paech 2012; Seidl, Zahrnt 2010.

pressão e a imposição do crescimento, a reordenação do regime de (tempo de) trabalho, da previdência social, das finanças estatais e, acima de tudo, dos mercados financeiros. Sem mais política, isso certamente não vai dar certo, reduzindo possivelmente a governança no micronível e aumentando a governança no nível macro¹⁷. No entanto, a experiência ensina que "a política" tende a se curvar aos poderosos interesses do presente e a agir com muita cautela e retraimento quando o assunto é sustentabilidade – o que é inadequado para essa guinada, portanto. Não é preciso adotar a visão de que não se pode esperar mais nada da "política formal"¹⁸ para chegar à percepção de que, no momento, os impulsos mais interessantes para um desenvolvimento passível de se estender ao futuro vêm da própria sociedade.

Como seriam então as novas formas de atividade econômica cooperativa? Que potencial para o desenvolvimento sustentável elas poderiam oferecer, e como a política pode contribuir para tirá-las de seu nicho e levá-las à vertente principal da sociedade? Não temos a pretensão de tratar de todas as inovações¹⁹ e formas de participação²⁰ ecológicas, apenas daquelas que possuem uma dimensão econômica e também de recursos e sustentabilidade. Trata-se de cinco conceitos-chave: economia do compartilhamento (*sharing economy*), economia da vida útil longa (*repair economy*), economia do prossumidor (*prosumer economy*), economia da subsidiariedade (*regional economy*) e economia da resiliência (*resilient economy*), sendo que todos têm umnexo interno direto ou indireto.

A economia do compartilhamento: poupar recursos através de formas coletivas de utilização

A utilização coletiva de recursos por grupos de pessoas não é um fenômeno econômico realmente novo. Seja comer em grupo os alimentos abatidos ou coletados coletivamente nas sociedades arcaicas de caçadores e coletores, o cultivo coletivo das glebas comuns nas sociedades agrícolas originais, o relaxamento coletivo nas termas da sociedade feudal romana, o empréstimo de livros nas bibliotecas públicas da sociedade urbana moderna ou o "compartilhamento" de programas gratuitos na sociedade da informação, em todas as épocas houve e há essas formas de uso e consumo "colaborativo" de bens e serviços. A chave é e sempre foi: acesso ordenado e coletivo – e não através do "mercado", mas por arranjos sociais.

Na esteira do desenvolvimento capitalista, da formação da sociedade de consumo e da crescente individualização do homem moderno, essas formas coletivas de utilização foram reprimidas ou, dito de outra forma, involuíram. Elas não são levadas em consideração pela vertente principal da teoria econômica, sendo no máximo

¹⁷ Sobre isso, cf. Loske 2014.

¹⁸ Vide, p. ex., Welzer 2013.

¹⁹ Sobre isso, consulte os trabalhos do Institut für Soziale Innovationen: www.institut-fsi.de (acesso em 01/07/2014).

²⁰ Sobre isso, cf. Loske 2013, p. 19-29

vistas como resíduos históricos ou anacronismos a serem superados, pois não são compatíveis com seus axiomas centrais: o "*homo oeconomicus*", que não conhece nada além da multiplicação do seu proveito individual, teme que o uso coletivo dos recursos leve a um superaproveitamento de todas as possibilidades, a um comportamento "*free rider*" abominável. Este perigo só pode ser combatido aferrando-se aos direitos de propriedade. Sob essa perspectiva, nada de economicamente bom pode nascer das formas coletivas de utilização, mesmo que a sensação de pertença – o "capital social" – seja acrescida. Pelo contrário: "compartilhar" atrapalha o processo "sem atritos" de acumulação e crescimento do capitalismo.

Todavia, há bastante tempo estamos passando por uma renascença das formas coletivas de utilização, sobretudo nos espaços urbanos: de jardins comunitários até residências comunitárias, de compartilhamento de automóveis (*car sharing*) até o "*couch surfing*", de centrais de carona até o empréstimo de aparelhos. A isso se juntam interessantes inovações da atividade econômica coletiva, como o *leasing* de químicos na indústria ou o "*crowdfunding*" para o financiamento de projetos. Algumas dessas formas de cooperação (por exemplo, no ramo do transporte) são não comerciais (como os automóveis do bairro), outras são semicomerciais (por exemplo, oportunidades de caronas para viagem) e ainda outras estão se desenvolvendo em atrativos "modelos de negócio" (aluguel de automóveis e bicicletas, viagens intermunicipais de ônibus). No momento, estamos lidando com uma mescla diversificada de atividades econômicas cooperativas que não é fácil de sistematizar. O que se pode dizer é que há três fortes fatores a promover esses processos, especialmente entre os jovens: uma grande consciência ambiental e de responsabilidade; uma consciência maior de custos; e uma perda de importância da propriedade como símbolo de status. Pode-se assumir que a tendência de "usar coletivamente em vez de possuir individualmente" se fortalecerá. Onde estará a contribuição da "economia do compartilhamento" para o desenvolvimento sustentável, e em que grau devemos avaliá-la?²¹ A desoneração dos recursos através do compartilhamento situa-se muito alta na esfera da plausibilidade: se, em vez de cada casa possuir uma furadeira, um cortador de grama ou um automóvel, várias casas por vez compartilharem esses objetos utilitários, o consumo de recursos pode cair significativamente. A carga de trabalho (e, com isso, o consumo de energia) das máquinas aumentam por unidade de tempo, mas ao mesmo tempo menos máquinas precisam ser produzidas, o que poupa matérias-primas de todo tipo. Falando em termos econômicos: aparelhos intensivos em recursos são substituídos por uma cooperação mais inteligente e menos intensiva em recursos. Os produtores de máquinas e aparelhos perdem em faturamento, mas possivelmente podem obter maior fidelidade dos clientes através de serviços de manutenção e novos modelos de negócio (por exemplo, locação ou comodato), assim compensando todo ou parte do faturamento ausente.

Em que medida os potenciais de sustentabilidade da "economia do compartilhamento" realmente podem ser concretizados depende acima de tudo da

²¹ Para uma avaliação de potencial, cf. Leismann et al. 2012. Para uma crítica da "*sharing economy*", compare Hank, Petersdorff 2013.

questão de se haverá realmente desoneração do balanço ecológico ou se os meios poupados (através do compartilhamento) serão realocados em novas opções de consumo. No último caso, as opções de compartilhamento não seriam nada além de mais uma possibilidade na sociedade das múltiplas opções. Entretanto, se a menor necessidade de financiamento (através do compartilhamento) para aparelhos e máquinas for investida em atividades menos intensivas em materiais (por exemplo, educação, arte, regeneração das pessoas e da natureza) ou for verdadeiramente poupada (por exemplo, exercendo menos trabalho remunerado e/ou trabalhando mais para si mesmo), são de se esperar consideráveis efeitos de desoneração de recursos.

A política também determinará em que medida eles ocorrerão, por exemplo, através de normas tributárias (como incentivos fiscais para utilizações coletivas), determinações regulatórias (como estacionamento privilegiado para veículos compartilhados na via pública ou privilégios urbanísticos para projetos residenciais coletivos) ou regulamentações sociais.

A economia da vida útil longa: poupar recursos com qualidade de produto e uma nova cultura de conserto

Durante muito tempo, era algo evidente na nossa economia que, além da funcionalidade, a vida útil dos bens de uso (assim como sua possibilidade de manutenção e conserto) também era um atributo de qualidade de um produto (era o que o "Made in Germany" representava). No entanto, o mercado se dividiu em produção barata em massa e produção cara de qualidade, e assim essa percepção da alta qualidade dos produtos foi sobrepujada (na Alemanha também) pelo sentimento de se viver em uma sociedade de consumo e descarte. Além disso, a distância entre fabricação e venda levou ao produto descartável: não se prevê mais que calçados e roupas (que, em sua maior parte, há muito não são mais fabricados na Alemanha) sejam remendados ou solados novamente – portanto, aos primeiros sinais de desgaste, ele não são mais levados ao sapateiro ou à costureira, mas à "coleta de recicláveis"; celulares e *smartphones* são descartados a cada ano ou dois, pois a próxima geração de aparelhos invade o mercado e não se quer ficar por fora dos pretensos avanços; esses aparelhos não podem ser atualizados, e nem consertados, na maioria das vezes, em caso de defeito. O fabricante já dificulta isso, pois elementos internos frequentemente são ligados de forma inseparável, o que impede o reparo ou substituição das peças.

Esse desenvolvimento industrial-social é um enorme impulsionador do desperdício de recursos. Três razões podem ser citadas: o interesse da economia em que os produtos envelheçam e se desgastem rapidamente não é novidade – Vance Packard já pesquisava a respeito nos anos 1950. Desde então, esse assunto emergiu novamente na pesquisa como "obsolescência programada"; a aceleração de ondas de moda, que já estão se sucedendo em um ritmo de doze ou até dez meses – com a consequência de que a produção de certas cadeias de moda foi transferida de volta à Europa, a fim de evitar os demorados fretes. Também há a contribuição da

desqualificação da nossa sociedade no quesito de técnicas culturais ou também "habilidade manual", um fenômeno praticamente ignorado que sempre se faz notar em épocas de crise: quando a eletricidade cai, é preciso voltar à agenda de papel ou à ficha do cliente no banco para autorizar um saque.

Como tendência contrária à cultura do descarte, em várias cidades estão surgindo "cafés-conserto", onde as pessoas se ajudam em reparos; em diversas escolas de turno integral, artesãos aposentados ensinam as crianças a consertar móveis; leilões de artigos usados atraem clientes que ou têm pouco dinheiro, ou estão em busca de autenticidade, de coisas "legítimas"; designers de moda estão criando a "*upcycling mode*", conscientemente baseada em materiais já existentes, distinguindo-se por resistência e elegância em igual medida; entre os arquitetos, muitos estão retornando à conservação das edificações;²² nos círculos de troca, trocam-se aulas de música por trabalhos de marcenaria, lições de equitação por consertos de automóveis. Em face da já citada necessidade de poupar recursos, esse parece ser um caminho para uma infraestrutura mais estável de condicionamento e de troca de produtos de segunda mão.

Como se pode incentivar uma nova "cultura de conserto"? Em primeiro lugar, certamente é preciso uma reapropriação de competências quotidianas de conservação, manutenção e conserto, e uma nova avaliação do campo da reprodução. Uma disciplina como "Trabalhos Manuais" deveria ser tão corriqueira na escola quanto Artes é no jardim de infância; os manuais de instrução deveriam obrigatoriamente conter também instruções de manutenção e reparo; instituições de capacitação, como oficinas comunitárias, escolas técnicas e também instituições paroquiais deveriam fazer do aprendizado de habilidades manuais (produção e conserto) um componente básico do seu currículo. Igualmente, os municípios deveriam fomentar, o máximo possível, atividades como "cafés-conserto", leilões de peças ou reforma de imóveis.

É preciso que o público tome conhecimento de práticas escandalosas como "obsolescência programada" ou "irreparabilidade" através de publicações contínuas sobre estas. Para tal, cabe um papel importante às organizações independentes de proteção do consumidor, que deveriam ter uma dotação financeira proporcionalmente mais robusta. Uma economia voltada a durabilidade e responsabilidade sobre o produto deve tornar-se uma meta, a proporção de produtos descartáveis precisa cair e a proporção de serviços de conservação, manutenção e conserto deve crescer proporcionalmente, o que de forma alguma precisa vir em prejuízo da criação de valor. Seria desejável que a lógica do mundo econômico se desenvolvesse na direção de ciclos fechados de material e responsabilidade, seja por razões de motivação intrínseca (ética de produção), preferências diferenciadas dos consumidores (mudança de valores) ou por causa dos preços crescentes da energia e dos recursos.

Contudo, já que é improvável que isso se dê sozinho em extensão suficiente para atingir as metas necessárias de sustentabilidade, o legislador precisa atuar nisso de forma reguladora. Deve-se dar um estímulo irresistível à vida útil longa dos produtos

²² Sobre isso, www.reduce-reuse-recycle.de/ (acesso em 01/07/2014).

– por exemplo, por meio de disposições sobre responsabilidade e direitos de devolução (que de fato já existem para uma série de aparelhos), pontos embutidos de ruptura predeterminada devem ser denunciados publicamente assim que descobertos a fim de dar aos fabricantes um forte estímulo para evitá-los, e a publicidade deve ser fortemente limitada (sendo totalmente vedada na programação infantil da televisão, de qualquer forma).

A economia do prossumidor: poupar recursos desfazendo a alienação

A separação entre produção e consumo e a sua alienação um do outro são características definidoras da economia moderna. A divisão do trabalho em que todos os processos são desmembrados em competências parciais e só se assume responsabilidade pela própria esfera de competência alcançou uma extensão que é indissociável da globalização. A separação entre produção e consumo e a alienação recíproca entre produtores e consumidores que dela decorre tornou-se também uma separação que se estende entre continentes: os consumidores não veem, ouvem ou cheiram como e em que circunstâncias se produz – não há lugar para *feedback*, que só ocorre excepcionalmente por via de reportagens-escândalo. Porém, um desenvolvimento sustentável teria de pressupor esse conhecimento a fim de possibilitar uma produção "sistêmica", "integrativa" e "orientada a processos".

A superação da alienação entre produção e consumo eleva o conhecimento sobre as coisas e a estimativa de valor. Conhecimento e estimativa de valor, por sua vez, são fortes impulsionadores do desenvolvimento sustentável. Hoje em dia, percebem-se desenvolvimentos sociais que se distinguem pela superação da alienação produto/consumidor e pela formação de redes de prossumidores²³:

A geração própria de energia oriunda de fontes renováveis por parte de cidadãos, cooperativas de energia e usinas urbanas está gradualmente levando a uma descentralização e "reinserção" social do abastecimento de energia, derrubando os muros entre geradores e consumidores de energia.²⁴

- Na área rural, encontramos a agricultura orgânica, comunidades de produtores e consumidores, encomendas de cestas de verduras, e cidades de interior ecológicas, que ainda constituem apenas um nicho, porém.²⁵
- Enquanto que já há relativamente muitas pessoas que se perguntam onde e como sua energia elétrica é gerada e onde e como seus alimentos são produzidos, ainda são bem poucos os que se perguntam: "O que o banco realmente faz com o meu dinheiro?". Também nessa área estão ocorrendo transformações notáveis, com cada vez mais pessoas querendo usar seu dinheiro apenas como meio de moldagem social e com "bancos éticos"²⁶ conseguindo

²³ Para a compreensão original do conceito de prossumidor, que foi consideravelmente alterado ao longo do debate ecológico sobre a sustentabilidade, cf. Toffler 1983.

²⁴ Cf. www.die-buergerenergiewende.de/ (acesso em 01/07/2014).

²⁵ Cf., p. ex., www.bio-berlin-brandenburg.de/ (acesso em 01/07/2014).

²⁶ Nesse ponto, é interessante o estudo sobre *social banking* recentemente publicado pela Alanus Hochschule für Kunst und Gesellschaft: www.alanus.edu/alanus-studium/fachbereiche-und-gebiete/f

expandir sua base através de uma prática comercial voltada a sustentabilidade, solidariedade social, transparência e proximidade ao cliente, rejeitando negócios eticamente duvidosos e, com isso, tornando-se um "padrão moral" para os bancos convencionais.

A "transformação energética"²⁷ e a "transformação agrária"²⁸ na Alemanha evidenciaram que a política pode favorecer a expansão de práticas sustentáveis dos nichos para a vertente principal quando há vontade política para tal e quando há um ensejo para mudar de direção que seja plausível para toda a sociedade (no caso, a catástrofe atômica de Fukushima ou a crise da vaca louca na agropecuária). Assim, o estímulo à produção própria e a reconexão dos produtores com os consumidores e da economia com a região são fundamentos centrais para novas percepções e para a redução dos custos ambientais mediante menor intensidade de transporte e reconquista de possibilidades de governança.

O principal ganho, porém, reside na reinserção: a alienação e o *feedback* interrompido (entre produtores e consumidores) são dois fortes impulsionadores da não sustentabilidade. Vista dessa maneira, a globalização econômica é, acima de tudo, uma "extirpação" da economia de seus laços sociais e naturais regionais, assim como a aceleração da alienação entre produtores e consumidores. Por conseguinte, a reintegração das esferas da geração e do consumo é um elemento essencial de qualquer estratégia de sustentabilidade.

A economia da subsidiariedade: poupar recursos desglobalizando

Deve ter ficado claro que compartilhar e utilizar coletivamente os bens, aumentar a duração da vida útil dos produtos, aprimorar a reparabilidade dos bens de uso e reintegrar produção e consumo trazem consigo uma tendência imanente à rerregionalização das estruturas de produção e consumo. Os méritos ecológicos desse desenvolvimento são aparentes: primeiramente, dizem respeito sobretudo a uma menor intensidade energética e de transporte da economia, mas também a uma intensificação das ligações entre consumidores e produtores. Se é possível ou mesmo racional que as sociedades industriais devoradoras de recursos retornem completamente a uma economia de subsistência primordialmente regional não é fácil de responder, tendo em vista as condições econômicas em um mundo que hoje tem mais de sete bilhões de pessoas (e logo terá nove ou dez bilhões).

Por isso, a orientação geral pela ideia norteadora da "subsistência" faz menos sentido para mim do que pela ideia norteadora da "subsidiariedade" – e num sentido duplo. Assim como, politicamente, entende-se por subsidiariedade o fato de que não

achbereiche-und-gebiete-wirtschaft/fachbereiche-und-gebiete-wirtschaft-aktuelles/aktuelle-details/details/social-banking-markt-mit-16-millionen-kunden/ (acesso em 01/07/2014).

²⁷ A decisão, tomada pelo governo alemão após a catástrofe de Fukushima em 2011, de fechar todas as usinas nucleares até 2022 e aumentar consideravelmente a produção de energia solar e eólica. **(Nota do Editor)**

²⁸ Após o surgimento da epidemia da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca) na Alemanha, no final de 2000, o governo alemão deu início a uma mudança política na direção de uma agropecuária mais ecológica e benéfica para o consumidor. **(Nota do Editor)**

é preciso ser regulamentado em nível superior o que pode ser regulamentado melhor ou tão bem quanto em nível inferior, economicamente seria o caso de que os bens devem ser produzidos na área espacialmente mais próxima, sempre que isso for possível em termos práticos e racionais em termos econômicos.²⁹

No caso de bens que, por motivos climáticos ou geológicos, não podem ser produzidos ou extraídos na Alemanha (frutas cítricas, madeiras nobres, petróleo, gás, terras-raras etc.), em uma estratégia voltada à sustentabilidade surge a questão de se esses produtos podem ser substituídos ou não. Em caso negativo, devem ser elaborados arranjos de sustentabilidade em nível superior (União Europeia, Organização Mundial do Comércio) sob a forma de acordos comerciais e ecológicos ou normas fiscais que fixem padrões socioeconômicos para todos (e também os apliquem).

Compreendida dessa forma, portanto, subsidiariedade significa duas coisas: preferência por produção regional e descentralizada e regulamentação com orientação sustentável dos fluxos internacionais de bens com o objetivo de assegurar a equidade competitiva e preços "ecologicamente verdadeiros". Esse caminho seria preferencial a uma estratégia de regionalização orientada puramente ao desacoplamento.

Assim sendo, uma "economia da subsidiariedade" fortalece o mercado regional perante o global, e o setor informal da economia perante o formal. A política deve contribuir para o fortalecimento das economias regionais incluindo o transporte internacional marítimo e aéreo de forma conseqüente nos regimes de tributação ecológica e proteção ambiental, também garantindo que padrões e direitos de proteção sejam empregados contra a exploração da mão-de-obra nos países emergentes e em desenvolvimento.

Hoje em dia, ninguém deveria temer a censura de estar querendo "reverter a globalização". Na verdade, só foi possível levar a divisão do trabalho da economia mundial tão longe assim porque as rendas têm uma distância enorme entre si e os custos dos direitos de proteção cultural, social e ecológica nas localidades de produção são menores do que na Alemanha.

A economia da resiliência: poupar recursos com autonomia robusta

Nos últimos tempos, foi feita por diversas partes a tentativa de tornar o conceito de resiliência frutífero para o debate da sustentabilidade.³⁰ Resiliência é entendida

²⁹ Essa percepção não é nova, tendo sido formulada pelo grande John Maynard Keynes já em 1933 (no ensaio intitulado "*National Self-Sufficiency*", tradução: "Autossuficiência nacional") como segue: "Ideias, conhecimento, arte, hospitalidade, viagens – tudo isso são coisas que, por sua natureza, devem ser internacionais, mas que os bens sejam produzidos no país sempre que isso seja racional e possível do ponto de vista prático [...] Não sou da convicção de que os sucessos econômicos da divisão internacional do trabalho atual sejam de alguma maneira comparáveis aos antigos" (Keynes 1984, p. 154).

³⁰ Para o exemplo de Rob Hopkins, vide <http://band1.dieweltdercommons.de/essays/rob-hopkins-resilienz-denken/> (acesso em 01/07/2014).

como a capacidade de um sistema ecológico de manter-se estável durante épocas de transformação.

Aplicando-a a países industriais como a Alemanha, surgem diversas questões: o transporte, a produção industrial e as residências continuam fortemente dependentes do petróleo, que temos que importar na proporção de 100% – o que acontecerá se as fontes secarem, o abastecimento for interrompido ou os preços dispararem? Se a nossa agricultura, nossos recursos hídricos e nossa moradia baseiam-se em um clima estável, ao qual nos adaptamos ao longo de séculos – o que acontecerá se esse clima se alterar de uma hora para outra? A (relativa) estabilidade dos nossos sistemas de segurança social, dos nossos mercados de trabalho e das nossas finanças estatais depende do crescimento econômico permanente – o que acontecerá se ele não se verificar por um período dilatado ou mesmo permanentemente, e nós tivermos que lidar com gestão do encolhimento (ao menos em algumas regiões)?

Hoje, as respostas a essas perguntas são deixadas de lado pela economia, pela política e pela sociedade, pois significam uma dolorosa troca de estratégia: por isso, no ramo político aposta-se quase tudo na descoberta de novas fontes de energia e recursos, renováveis ou não; afora isso, espera-se o crescimento econômico, seja convencional ou verde, quantitativo ou qualitativo, muito embora essas estratégias tenham limitações que logo são atingidas. A abordagem da resiliência faz o caminho inverso e pergunta como se pode reduzir a dependência da economia em relação ao suprimento externo de recursos e ao crescimento permanente e fortalecer sua capacidade de resistência a distúrbios. Economia de energia e fontes energéticas renováveis conteriam a mudança climática,³¹ alimentos regionais e sazonais reduziriam os transportes intensivos em energia, e ciclos rurais dariam o suporte para tal; ligações inter-regionais de produção e consumo ajudariam a obter estabilidade e maior capacidade de governança, portanto uma espécie de "autonomia regional"; moedas complementares protegeriam contra crises financeiras e monetárias, assegurando um grau mais alto de "autonomia financeira"; as atribuições estatais e a seguridade social seriam protegidas mediante impostos e criação simultânea de áreas subsidiárias de reprodução, sendo desvinculadas do crescimento da economia.

Não se trata de autonomia como objetivo (ou mesmo autarquia), mas sim de um grau maior de robustez por meio de mais independência em relação a fluxos suprarregionais de materiais, bens e finanças, isto é, o fortalecimento e imunização sucessiva da região em contraposição à grande dependência em relação ao exterior. Assim, o conceito de resiliência está aberto à "troca de ideias, arte, conhecimento, hospitalidade e viagens" (para citar John Maynard Keynes), e também a uma certa medida de comércio de artigos de luxo; contudo, o comércio global de produtos massificados em uma estrutura de divisão ilimitada do trabalho, que, na busca contínua de novos mercados compradores, otimização de custo, e potenciais de crescimento e eficiência, carece de qualquer possibilidade de governança e, afora

³¹ Nesse ponto, Scheer 2005 continua sendo recomendável.

algumas prósperas regiões ganhadoras, cria cada vez mais regiões perdedoras e com erosão social, não teria lugar nessa economia.

A estratégia da resiliência está em contradição com iniciativas que pretendem levar adiante o aprofundamento da divisão mundial do trabalho e acelerar o fluxo global de produtos e serviços (o acordo transatlântico de livre comércio TTIP é apenas o exemplo mais recente disso).³² A vulnerabilidade, a fragilidade da nossa complexa economia cresce, e cada crise aponta para a necessidade de estratégias de resiliência. Mas deve-se mesmo preferir uma "*change by disaster*" a uma "*change by design*", isto é, preferir uma mudança por causa de uma catástrofe em detrimento de uma mudança por planejamento próprio?

A política ocupa-se de planejamento, e nos gabinetes dos ministérios e seus serviços científicos criam-se planos para "haver mais segurança para o futuro". Porém, a imagem do futuro precisa ser reformulada, o paradigma da globalização foi exaurido, a fragilidade a crises torna necessário que se volte a pensar em responsabilidade e governança regionais. Medidas de resiliência devem ser tomadas e apoiadas, como já faz o movimento mundial "*transition town*", que está encontrando incentivo em cada vez mais cidades.³³ Trata-se de iniciativas legítimas dos moradores das cidades que advêm da preocupação com a capacidade e qualidade de (sobre)vida da própria cidade e da própria região. Quando "(pre)ocupação consigo mesmo" e "preocupação com o mundo como todo" se unem, é de se prever que a atuação em prol do desenvolvimento sustentável tenha mais capacidade de se impor e ter efeito do que no caso de motivações puramente egoístas ou puramente idealistas. Logo, é preciso fomentar esse movimento também na União Europeia.

A nova ideia norteadora: a economia inserida

Partindo-se do juízo fundamentado de que uma estratégia econômica centrada puramente em tecnologia, concorrência e crescimento não nos tira do beco sem saída da insidiosa destruição do meio ambiente, assemelhando-se mais a uma autoilusão, ficou claro que deve ocorrer uma guinada no pensamento e na prática a fim de se obter uma diminuição relevante do consumo de recursos e da natureza por vias pacíficas e sem catástrofes. Nesse caminho, já existe uma série de inovações sociais que podem atuar como novas diretrizes da atuação política: o incentivo do compartilhamento de bens e do "consumo colaborativo", a elevação dos requisitos de qualidade a respeito da vida útil dos produtos e de programas de "facilitação de reparos", o "prossumo" e a superação da alienação gerador/consumidor, assim como a orientação da economia na direção de subsidiariedade e capacidade de governança através de conexões regionais, resiliência e um grau maior de autonomia.³⁴

³² Sobre isso, criticando: www.campact.de/ttip/; concordando: <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/> (ambos acessados em 02/07/2014).

³³ Vide <http://transitionculture.org> (acesso em 02/07/2014).

³⁴ Desenvolvi as primeiras reflexões a respeito do nível local em Loske 2013 b.

As inovações sociais aqui discutidas têm condições de reduzir de 5 a 10 vezes a taxa de consumo material e energético das sociedades industriais e sua emissão de gases causadores de mudança climática até a metade do século? Dificilmente serão possíveis respostas taxativas a essa pergunta. Elas devem forçosamente ser especulativas.

Mesmo que hoje pareça pouco provável que as orientações e práticas descritas consigam se impor na extensão necessária e na velocidade necessária para atingir os objetivos requeridos de sustentabilidade a ponto de atenuar ou mesmo impedir as consequências da mudança climática, elas podem ser vistas, no parecer de uma série de representantes dessa tese, como a "construção de botes salva-vidas"³⁵ para os tempos após o "grande colapso"³⁶ ou como preparação para uma "civilização verdadeiramente humana", surgindo dos escombros da ruína do sistema de industrialismo e consumismo.³⁷

Protagonistas menos apocalípticos da sustentabilidade sublinham a possibilidade de união entre "eficiência e suficiência", ligando-as aditivamente, por assim dizer. A combinação de inovações técnicas e sociais, de eficiência, base material modificada (renovável) e estilos de vida suficientes traz em sua soma a desoneração necessária do ecossistema. Essa estratégia de "melhor, diferente, menos"³⁸ possui vantagens substanciais, mas também abriga diversas dúvidas.

A pergunta decisiva talvez seja se a "cultura da eficiência", com uma orientação de dinâmica inovadora, aceleração e alta intensidade competitiva, pode coexistir pacificamente com uma cultura de suficiência, em cujo centro estão vida útil longa dos produtos, desaceleração e alta intensidade de cooperação.³⁹ Também aqui a resposta não é de nenhuma maneira inequívoca, mas é duvidoso se a ligação puramente aditiva de eficiência e suficiência, de inovação técnica e mudança de estilo de vida é de fato realista ou se ocorrem certos efeitos exclusivos. Motivações políticas oportunistas talvez proponham a tese de que possa haver "conciliação" de tudo (em vez de "segregação"), mas se isso realmente se sustenta já é uma questão bem diferente.

O ponto de vista quiçá mais interessante sobre o problema da eficiência/suficiência envolve o conceito de economia dual. Nele é feita uma distinção entre o setor formal e o setor informal da economia, sendo que o primeiro compreende a esfera da economia de mercado capitalista e o setor público, ao passo que o segundo é regido pela orientação a necessidades, autodeterminação e autogestão. Eventualmente, efetua-se a distinção de ambos os setores também em

³⁵ Como exemplo disso: Bahro 1987.

³⁶ Diamond 2005.

³⁷ Nesse sentido, Jürgen Dahl fala de "otimismo do fracasso" (Dahl 1994). Minha resposta à tese de Jürgen Dahl: Loske 1994.

³⁸ Em contribuições anteriores, eu também propaguei a estratégia do "melhor, diferente, menos", que se ilustra de forma aparentemente muito harmônica no campo da política energética, exatamente onde vale a estratégia dos três EE – eficiência energética, energias renováveis e economia de energia; cf. Loske 1996.

³⁹ Sobre isso, Loske 2012, especialmente p. 25 ss.

torno dos conceitos de setor "produtivo" e "reprodutivo", ou "economia monetária" e "economia de subsistência". Desde o início dos anos 1980, os mentores de uma "economia alternativa"⁴⁰ socioecológica argumentam que os vultosos ganhos de produtividade e progressos técnicos do setor formal (mormente os da indústria) devem ser devolvidos à população trabalhadora não apenas na forma de salários maiores, mas também na forma de horários de trabalho reduzidos, melhores condições de trabalho e lazer, e uma renda básica incondicional que permita que todos os cidadãos tomem parte no produto social gerado coletivamente. Segundo a tese, esse mecanismo possibilitaria restringir gradualmente a importância do setor formal e elevar de acordo a do setor informal.

Portanto, por um lado os setores são compreendidos como opostos que seguem valores completamente diferentes; por outro lado, contudo, a produtividade (eficiência) alta e crescente do setor formal é vista como requisito para que a importância do setor informal e do tempo livremente disponível possa gradualmente crescer. Assim, em terminologia marxista, de certa maneira trata-se de limitar e humanizar o "reino da necessidade" e ampliar e promover o "reino da liberdade".

Críticas a esse ponto de vista eram feitas já no seu auge, nos anos 1980. Sobretudo a óptica feminista e socialista advertia sobre uma idealização do setor informal ou reprodutivo. Pensar que os homens, com menos tempo trabalhando por remuneração, iriam então se dedicar com gosto ao trabalho para si ou para a família (cuidar dos filhos, tratar dos idosos, cuidar da casa, plantar, fazer as compras etc.) seria pura fantasia, sem nenhum embasamento empírico; por outro lado, rejeitava-se a dedução de que as mulheres também se submetiam ao estresse produtivo: o motivo subjacente não era a integração desejada na máquina de trabalho capitalista, mas a obtenção de maior autonomia através da própria atividade remunerada. Além disso, segundo uma outra crítica, o olhar nostálgico ao trabalho reprodutivo (supostamente tão valioso) seria uma fuga para a "comodidade", oriunda do medo dos rigores da "sociedade de risco". No entanto, o fato de que essa esfera reprodutiva representava e representa um significativo mundo alternativo era propositadamente negligenciado, sendo, quando muito, admitido literariamente como agradáveis recordações da infância.

Porém, no fim não foram essas críticas que fizeram com que, desde o início dos anos 1990, tenha-se feito muito menos barulho em torno da ideia da economia dual, mas desenvolvimentos políticos: o fim da "concorrência dos sistemas", a liberação politicamente impelida do comércio mundial e a ascensão dos países emergentes aumentaram enormemente a pressão competitiva global e enfraqueceram as estratégias sindicais para a implementação de reduções de horário de trabalho, assim como as ideias de desvinculação entre trabalho remunerado e seguridade social

⁴⁰ Aqui, devem ser citados especialmente André Gorz (sobretudo suas obras "Adeus ao proletariado", de 1980, e "Os caminhos do paraíso", de 1983), Joseph Huber (sobretudo suas obras "Quem deve mudar todas as coisas – as alternativas do movimento alternativo", de 1980, e "As duas faces do trabalho", de 1984) e Ivan Illich (sobretudo suas contribuições sobre o "trabalho nas sombras" e a "colonização do setor informal", de 1980).

básica (renda básica); não se chegou ao "fim da sociedade do trabalho" (André Gorz) – pelo contrário, hoje cada vez mais grupos populacionais são empurrados para o mercado de trabalho, pois o trabalho rende cada vez menos. Em uma rara concordância, a política, a indústria e as feministas estão lutando para que também as mulheres se entreguem de corpo e alma ao trabalho remunerado e deixem seus filhos o mais cedo possível em creches; em contrapartida, homens trabalhando em meio turno ou com licença-paternidade mais longa ainda são a exceção.

Quando se examina com sobriedade esses desenvolvimentos, não é possível constatar que o setor informal tenha ganhado diante do setor formal a importância prevista ou almejada. Ao invés disso, a tendência principal vai à direção da comercialização e economização de mais esferas da sociedade humana. Porém, ao mesmo tempo desenvolve-se uma resistência a essa tendência generalizada de desautonomização e germinam novas formas de "coletivização", algumas das quais tendo sido descritas aqui. Assim, possivelmente faz sentido refletir novamente sobre a ideia da economia dual sob as condições atuais e iniciar um diálogo sobre seu fomento político.

É indubitável que o sistema econômico-técnico da sociedade industrial capitalista não é capaz de extrair de si mesmo estratégias de sustentabilidade satisfatórias. Decerto pode-se assumir que a virtude específica desse sistema, a garantia da máxima eficiência de mercado, também pode levar (mediante uma regulamentação correta, como sinais de preço ecologicamente motivados) a uma melhor eficiência de utilização dos produtos naturais, mas a lógica de crescimento imanente ao capitalismo vai sempre garantir que os ganhos em eficiência sejam consumidos pela expansão, havendo pouco ganho para a natureza no fim das contas.

Não devemos assumir que desenvolvimentos como a sociedade de serviços, a sociedade da informação ou o "crescimento verde" nos levarão praticamente por si só ao caminho da sustentabilidade. Ainda não temos a resposta à pergunta sobre como a economia pode ser reinserida sustentavelmente na sociedade, e como esta, por sua vez, pode ser reinserida nos elementos vitais básicos naturais. Essa tarefa de reintegração da nossa economia é necessária para evitar a superutilização dos nossos elementos vitais básicos naturais.

Referências

Bahro, Rudolf 1987. *Logik der Rettung. Wer kann die Apokalypse aufhalten? Ein Versuch über die Grundlagen ökologischer Politik*. Stuttgart, Viena: Edition Weitbrecht.

Dahl, Jürgen 1994. "Der Optimismus des Scheiterns", in *ZEIT online* de 21 de outubro de 1994 www.zeit.de/1994/43/der-optimismus-des-scheiterns (acesso em 02/07/2014).

Diamond, Jared 2005. *Kollaps. Warum Gesellschaften überleben oder untergehen*. Frankfurt a.M.: Fischer.

Fücks, Ralf 2013. *Intelligent Wachsen. Die grüne Revolution*. Munique: Carl Hanser.

Gershwin, Lisa-Ann 2013. *Stung! On jellyfish blooms and the future of the ocean*. University of Chicago Press.

Hank, Rainer; Petersdorff, Winand von 2013. "'Sharing Economy': Haben ist seliger als Teilen!", in *Frankfurter Allgemeine Zeitung* de 13 de abril de 2013. www.faz.net/aktuell/finanzen/meine-finanzen/geld-ausgeben/sharing-economy-haben-ist-seliger-als-teilen-12139540-p2.html (acesso em 02/07/2014).

IÖW (Institut für Ökologische Wirtschaftsforschung) 1987. *Umweltentlastung durch wirtschaftlichen Strukturwandel*. IÖW-Schriftenreihe 2. Berlim: IÖW.

Jackson, Tim 2011. *Prosperity without growth. Economics for a finite planet*. Londres: Routledge.

Keynes, John Maynard 1984. "Nationale Selbstgenügsamkeit", in *John Maynard Keynes: Kommentierte Werkauswahl*, ed. Mattfeldt, Harald, p. 152-161. Hamburgo: VSA-Verlag (primeira publicação em 1933, em *Schmollers Jahrbuch* 57, p. 61-70; original em *Collected Writings* 21, p. 233-246).

Leismann, Kristin et al. 2012. *Nutzen statt Besitzen. Auf dem Weg zu einer ressourcenschonenden Konsumkultur*, ed. Fundação Heinrich-Böll. www.boell.de/sites/default/files/Endf_NutzenStattBesitzen_web.pdf (acesso em 02/07/2014).

Loske, Reinhard 1994. "Dem Zweifel zum Trotz", in *ZEIT online* de 25 de novembro de 1994. www.zeit.de/1994/48/dem-zweifel-zum-trotz (acesso em 02/07/2014).

Loske, Reinhard 1996. "Besser – Anders – Weniger. Zukunftsfähige Entwicklung braucht Leitorientierungen", in *geographie heute* 146/1996, p. 10-11. www.friedrich-verlag.de/pdf_pre-view/d56146_1011.pdf (acesso em 02/07/2014).

Loske, Reinhard 2012. *Wie weiter mit der Wachstumsfrage?* Rangsdorf: Basilisken-Press. Loske, Reinhard 2013 a. *The good society without growth. Why green growth is not enough*. Rangsdorf: Basilisken-Press.

Loske, Reinhard 2013 b. "Eine wirkmächtige Förderin der Veränderung. Die Rolle der Kommunen", in *Baustelle Zukunft. Die Große Transformation von Wirtschaft und Gesellschaft. Politische Ökologie* 31, 133, p. 94-101. Munique: oekom.

Loske, Reinhard 2013 c. "Ökologische Verantwortung in der Bürgergesellschaft", in *Verändern durch Wissen*, ed. Töpfer, Klaus; Volkert, Dolores; Mans, Ulrich, p. 19-29. Munique: oekom.

Loske, Reinhard 2014. "Grüner Wirtschaftsliberalismus: Liegt die Zukunft der Grünen in einem neuen Liberalismus?", in *FAZ.NET* de 14 de janeiro de 2014. www.faz.net/aktuell/feuilleton/gruener-wirtschaftsliberalismus-liegt-die-zukunft-der-gruenen-in-einem-neuen-liberalismus-12749983.html (acesso em 03/07/2014).

Meyer-Abich, Klaus Michael 1997. *Praktische Naturphilosophie für die Umweltpolitik. Erinnerungen an einen vergessenen Traum*. Munique: C. H. Beck.

Meadows, Dennis et al. 1972. *Die Grenzen des Wachstums. Bericht des Club of Rome zur Lage der Menschheit*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.

Miegel, Meinhard 2010. *Exit. Wohlstand ohne Wachstum*. Berlin: Propyläen.

Paech, Niko 2012. *Befreiung vom Überfluss. Auf dem Weg in die Postwachstumsökonomie*. Munique: oekom.

Paqué, Karl-Heinz 2010. *Wachstum! Die Zukunft des globalen Kapitalismus*. Munique: Carl Hanser.

Scheer, Hermann 2005. *Energieautonomie. Eine neue Politik für erneuerbare Energien*. Munique: Verlag Antje Kunstmann.

Seidl, Irmj; Zahrnt, Angelika. Ed. 2010. *Postwachstumsgesellschaft*. Munique: oekom.

Stern, David I. 2004. "The rise and fall of the Environmental Kuznets Curve", in *World Development* 32, 8, p. 1419-1439.

Toffler, Alvin 1983. *Die dritte Welle, Zukunftschance. Perspektiven für die Gesellschaft des 21. Jahrhunderts*. Munique: Goldmann.

Welzer, Harald 2013. "Das Ende des kleineren Übels. Warum ich nicht mehr wähle", in *Der Spiegel* 22, p. 122-123. www.spiegel.de/spiegel/print/d-96238982.html (acesso em 01/07/2014).

Sobre o autor

Reinhard Loske é professor titular para Política, Sustentabilidade e Dinâmica da Transformação da universidade de Witten/Herdecke. De 1998 a 2007 foi deputado federal pelo Partido Verde e de 2007 a 2011 Secretário Estadual de Meio Ambiente e Transporte do Estado de Bremen, na Alemanha.

O artigo foi publicado anteriormente na revista **Leviathan**

Loske, Reinhard 2014. „Neue Formen kooperativen Wirtschaftens als Beitrag zur nachhaltigen Entwicklung - Überlegungen zur Wiedereinbettung der Ökonomie in Gesellschaft und Natur“, em: *Leviathan*, 3/2014, p.463-485.

Disponível em: <http://www.nomos-elibrary.de/index.php?dokid=375501&tid=1072919>

Expediente

Editor: Fundação Heinrich Böll – Brasil

Rua da Glória, 190/701 – Glória – 20.241-180.

Rio de Janeiro – Brasil.

Telefone. +55 21 3221 9900

Texto: Reinhard Loske

Tradução: Théo Amon

Publicado em <http://br.boell.org> em fevereiro de 2015

Mais informações: info@br.boell.org